

AS PARTÍCULAS MODAIS COMO CO-INDICADORES ILOCUTÓRIOS: O CASO DAS PERGUNTAS RETÓRICAS

RUI RAMOS
(Universidade do Minho)

1 – A pragmatização dos problemas linguísticos

O trabalho pioneiro de Austin (1962), continuado e desenvolvido por Searle (1969) e até hoje alvo de reflexão e aperfeiçoamento pelos linguistas que têm adoptado como campo de trabalho a linguística não sistémica, ou Linguística do Uso / Funcionamento do Sistema (cf.: Fonseca, 1994a), veio abrir novas formas de abordagem dos problemas da língua e do seu uso, pela designada pragmatização dos problemas linguísticos. Searle defende que falar uma língua é executar actos de fala (dar ordens, expressar sentimentos, fazer perguntas, promessas ou ameaças, etc.), actos que seriam entendidos como unidades básicas da comunicação linguística.

Em particular, esta abordagem assume como referência central a *competência de comunicação*, «tomada como um complexo heterogéneo de recursos dominados pelos falantes para a produção e a recepção-interpretação dos discursos - recursos esses em que se inscrevem os estritamente linguísticos, mas também outros, que com eles entretêm interacções fortes, integrantes de diversos sistemas semióticos» (Fonseca, 1994a: 96). Assim, tal abordagem procura descrever o uso da língua em contexto, nas suas múltiplas dimensões, considerando essencialmente as vertentes internas ao sujeito falante, as convenções sociais relativas à fala e a própria interferência do discurso na estrutura profunda da língua. Não esquece, em particular em abordagens mais recentes, as dimensões sequenciais e interactivas dos actos de fala, reconhecendo o papel basilar do dialogismo na construção dos edifícios discursivos.

2 – As perguntas retóricas como actos ilocutórios indirectos

2.1 – Se, em alguns casos, se pode verificar uma certa regularidade entre a produção de determinado acto de fala e o emprego de certas estruturas formais particulares (por exemplo, a presença de verbos no imperativo nas ordens, ou da estrutura prosódica ascendente nas perguntas), tal não é universal. De facto, facilmente verificaremos que, com frequência, empregamos estruturas típicas de determinado grupo de actos de fala para realizar um acto que “corresponderia” a outra estrutura. Nesse caso, estaremos na presença dos chamados actos indirectos, que A.-M. Diller define da seguinte forma: «On appelle acte indirect de langage un acte illocutoire I_2 qui est accompli au moyen d'un énoncé dont la forme de surface est marquée pour un autre acte illocutoire I_1 » (1984:33).

Entre os actos ilocutórios indirectos, Kerbrat-Orecchioni (1991:25) refere particularmente:

- a ordem, frequentemente disfarçada de pergunta, que aparentemente deixa a possibilidade de escolha ao alocutário (ALOC), mas que tem claro valor impositivo;

- as perguntas retóricas (p.r.), em que o locutor (LOC) não interroga senão ficticiamente, sem esperar uma informação sobre algo que desconhece. No limite, a p.r. permite ao ALOC uma réplica para confirmar ou infirmar as pressuposições activadas. As p.r. «sont de “vraies fausses questions” dans la mesure où elles n'attendent pas de l'autre qu'il fournisse une réponse, mais doivent être traitées comme des assertions» (Kerbrat-Orecchioni, 1991:15).

A este propósito, Jane Frank reconhece que as p.r. são normalmente definidas como perguntas que não esperam uma resposta e que «can be treated as a type of indirect speech act (...) serving multiple purposes, **none of them a request for information**» (Frank, 1990:723-724), mas salienta que «this interrogative form is as difficult to define as it is communicatively successful» (idem:723).

Também Schmidt-Radefeldt se pronuncia sobre as p.r., referindo a atitude do LOC que as enuncia e o seu envolvimento na troca comunicativa: as p.r. «serve to communicate doubt, perplexity, uncertainty, contingency, or deliberation (...). In any case, rhetorical questions express a propositional attitude of the speaker (e. g. reproach, indignation, protest, wonder, perplexity or dismay, or emphasis). When a speaker makes use of rhetoricity in his utterances, he always expresses that he personally is engaged or concerned» (Schmidt-Radefeldt, 1977: 389). Na manifestação deste envolvimento bem marcado e desta atitude, o uso de partículas modais (p.m.) assume relevo não dispensável, como veremos a seguir.

2.2 – Um dos mecanismos pelos quais as p.r. funcionam é a inversão de polaridade verificável entre a forma de superfície do enunciado interrogativo e o seu conteúdo proposicional. Fontanier afirma que «l'interrogation figurée est,

quant à la forme grammaticale, affirmative ou négative... mais une singularité frappante est qu'avec la négation elle affirme et que sans négation elle nie» (1968: 369).

Borillo destaca, a partir da definição de Fontanier, aquela que lhe parece ser a mais significativa característica das p.r.: «l'inversion de polarité qui s'opère entre la forme grammaticale de l'interrogation telle qu'elle est formulée et la proposition par laquelle on peut rendre compte du sens suggéré» (1981:2). E, como veremos a seguir, há p.m. que terão papel decisivo nessa inversão de polaridade.

2.3 - No artigo "Quelques aspects de la question rhétorique en français", Andrée Borillo propõe-se «prendre en considération les formes interrogatives sur lesquelles elles [as p.r.] se manifestent» (Borillo, 1981:1). Pergunta-se, sugerindo uma resposta afirmativa, «si le fait de pouvoir attribuer une valeur de sens spécial à certaines interrogations n'entre pas en corrélation avec la présence de certains traits distinctifs; et si dans ce cas, il s'agit de traits purement intonatifs ou contextuels, ou au contraire de propriétés syntaxiques ou sémantiques qui sont généralement absentes des véritables questions, i. e. les interrogations à visée cognitive» (idem:1-2).

Também Jürgen Schmidt-Radefeldt, em artigo publicado na revista "Journal of Pragmatics" sob o título "On so-called 'rhetorical' questions", depois de afirmar que, geralmente, é assumido como certo que o facto de uma pergunta ser tomada como retórica ou não «may be made not by any linguistic factor but only the nonlinguistic background of the utterance» (Schmidt-Radefeldt, 1977:378), procura demonstrar que há marcas na estrutura de algumas p.r. que atestam suficientemente a sua retoricidade: «rhetorical questions generally contain certain formal indications by which they are to be interpreted as 'rhetorical': intonation pattern, special particles (adverbials), non-deontic modal verbs and verbal mood (conjunctive or conditional) are to be regarded as the main linguistic indicators for whether a sentence is to be regarded as rhetorical (assertive) or not. In case all these formal indicators are deleted in the surface structure of sentences (utterances) which are intended as rhetorical, the rhetorical speech act can fail insofar as it is interpreted as a genuine question» (idem:381). Salientamos aqui que o linguista faz referência a «special particles (adverbials)», e que aponta no seu estudo «particles such as *mas* ('but') and *afinal* ('after all')» (ibidem:387), que activam determinadas pressuposições e que marcarão, em alguns EN, a sua retoricidade. Mas a referência a este tipo de partículas não vai mais longe.

Estas análises não parecem demonstrar plenamente que marcas sintácticas ou semânticas possam explicar ou definir cabalmente o problema da retoricidade deste tipo de EN particular. O máximo conseguido é delimitar *quais são alguns dos EN em que as p.r. podem ocorrer*.

Numa publicação mais recente, Maria Adelaide Ferreira, numa nota de rodapé, refere a existência de uma forte marca de retoricidade: «No português, parece existir um tipo frásico interrogativo que apenas pode ser lido retoricamente: *e não é que...?*» (Ferreira, 1990:85). Porém, repare-se que só lançando mão de conceitos da pragmática linguística, enquadrando o EN numa troca sequencial entre locutores, é possível explicar o valor ilocutório desta expressão.

A este respeito, Joaquim Fonseca refere que «haverá que ver na generalidade das perguntas retóricas (...) a presença, explícita ou implícita, no contexto ou no cotexto, de uma informação que (...) opera como elemento activador de retoricidade. Nessas circunstâncias, há que procurar a activação da retoricidade das perguntas que a comportam não na configuração própria dessas perguntas, antes no contexto/cotexto (Fonseca, 1993: 16).

3 – As partículas modais

3.1 – O que nos propomos a partir deste ponto é tentar ver até que ponto a utilização, em enunciados (EN) interrogativos considerados retóricos, de algumas **partículas modais** poderá bastar ou contribuir para marcar a sua retoricidade.

Lembremos que, talvez por pertencerem sobretudo ao domínio da linguagem falada¹, ainda pouco estudada entre nós e muitas vezes relegada para planos inferiores numa eventual escala de prestígio social, é ainda muito raro encontrarmos referência nas gramáticas portuguesas às p.m.: «[o]s gramáticos portugueses, desde os mais antigos aos contemporâneos, não conhecem nenhuma classe ou sub-classe de palavras que passe pelo nome de partículas modais» (Franco, 1991: 60). Podemos, contudo, encontrar algumas delas incluídas no grupo dos advérbios ou classificadas como partículas de realce, expletivas ou enfáticas.

É certo que estas partículas podem parecer “dispensáveis” (da classificação como *expletivas*) se tivermos em conta exclusivamente os níveis sintáctico e semântico (formal). Na verdade, elas podem ser eliminadas sem que surjam por isso frases sintacticamente inaceitáveis. Onde o seu valor se verifica é ao nível semântico-pragmático, como marcadores de um certo tipo de modalidade, e aí assumem um papel de verdadeira importância comunicativa.

3.2 – Tentemos então definir qual é a noção de *modalidade* a que nos referimos e que mais interessa para efeitos de delimitação e caracterização das p.m.

Na sua definição tradicional, a modalidade é entendida como «o que modifica o predicado de um enunciado» (Greimas-Courtés, 1989:282). Contudo, a noção de modalidade não é assunto claro e inequívoco para todos os estudiosos. Para o interesse do presente estudo, a modalidade referir-se-á, antes de mais, a

uma «categoria que, incluindo o modo, exprime a atitude do locutor para com o enunciado» (Franco, 1991:183). O efeito não fica, porém, reduzido ao LOC, antes envolve fortemente o ALOC, sobretudo em determinados actos comunicativos, informando-o sobre as suas próprias expectativas, influenciando-o ou orientando o seu raciocínio ou acção, exprimindo pressupostos que pautam os saberes de ambos (ou o que o LOC julga serem os saberes de ambos), a troca comunicativa, etc. Neste sentido, as p.m. têm um papel não dispensável, e a ideia de que “de nada servem” revela-se claramente falsa.

3.3 - Para a compreensão do valor das p.m., assim como das p.r. e da ocorrência das primeiras nas segundas, será necessário fazer uso do conceito de pressuposição.

Não se trata aqui do conceito lógico-semântico de pressuposição, pois este define-se independentemente da enunciação e, por conseguinte, também do LOC, do ALOC e das intenções comunicativas envolvidas. Como as p.m. se caracterizam, entre outras coisas, pela ligação estreita que estabelecem com o contexto (não têm sentido isoladamente, só realizam a sua função comunicativa integradas num contexto pragmático), a pressuposição lógico-semântica não é esclarecedora neste tipo de estudo. Há que recorrer ao conceito de pressuposição pragmática.

Este conceito de pressuposição não se prende apenas com aquelas pressuposições que o LOC faz no momento de enunciação, mas implica também o ALOC e a comunicação estabelecida, liga-se com o que de comum tem de existir entre ambos para que a comunicação seja possível. Isto é fundamental para a descrição das p.m. e dos seus valores, porquanto estas têm «muitas vezes por função apresentar os factos, as proposições, como pertencendo ao con-saber do falante e ouvinte(s), ou servir de elementos que testam (ou põem à prova) se existem entre os interlocutores aqueles pontos comuns necessários à comunicação e à aceitabilidade, por parte do ouvinte, dos argumentos aduzidos pelo falante e indispensáveis à continuação o mais possível sem mal-entendidos, distorções ou discrepâncias da interacção linguística» (idem. *ibidem* :213). No caso das p.r. (e, provavelmente, no caso de todos os actos indirectos) o conceito de pressuposição pragmática põe-se com especial acuidade, por forma a poder estabelecer-se comunicação do que é dito, não-dito e entre-dito.

4 - Após este breve enquadramento teórico, passaremos à análise de alguns EN em que as p.m. poderão (ou não) ser co-indicadores de retoricidade.

Cada p.m. pode exprimir diferentes atitudes do LOC consoante o contexto em que o EN onde ocorre foi produzido, ou seja, não tem uma função pré-determinada e fixa. Por isso, para cada p.m., apresentaremos sucintamente o contexto que a enquadra.

Essencialmente por facilidade de recolha do *corpus*, os exemplos a apresentar encontram-se em textos escritos.

4.1 - P.m. *acaso*

4.1.1 - A. Franco (1991:257) apresenta um contexto e um EN claramente retórico, que passamos a transpor e a comentar:

«*Consituação*: Dois rapazes continuam a sua brincadeira algo violenta sobre um canteiro do parque municipal. Ao ver os estragos que daí resultam, um senhor já de certa idade, A, pergunta:

- *Acaso* acham isso bonito?»

O autor considera de imediato tratar-se de uma p.r., pois é formulada sem que o LOC espere (ou deseje) uma resposta verbal, configurando o seu EN essencialmente um acto directivo de resposta física. E explica o valor da p.m. *acaso* enquanto elemento que confere retoricidade ao EN, influenciando ou orientando a escolha da reacção do ALOC.

Não podemos deixar de concordar com esta análise; contudo, salientamos alguns pontos:

a) uma pergunta semelhante sem esta p.m., noutro contexto, poderá ser entendida e entendida como pergunta “verdadeira” (como refere o autor);

b) uma pergunta semelhante sem esta p.m., no mesmo contexto, será provavelmente entendida e entendida, da mesma forma, como p.r.; portanto, a sua ocorrência não é absolutamente necessária para que se encare assim o EN;

c) uma pergunta diferente com esta p.m., noutro contexto, não terá obrigatoriamente de ser tomada como retórica (como refere também o autor);

d) a utilização desta partícula caiu em desuso, pelo que, hoje em dia, só muito dificilmente ela será empregada em EN orais que não sejam extremamente formais (e algo artificiais). Em certas situações, encontramos o lugar que ela poderia preencher ocupado por expressões como *porventura* ou *por acaso*.

4.1.2 – **Contexto**: num texto formalmente identificado com uma carta² que escreve a um “discípulo”, o LOC socorre-se de um conjunto de argumentos para convencer o ALOC a aderir ao estado puro da «inciência» e, desse modo, recusar a reflexão e o estudo:

(1) - «Tendes *acaso*³ necessidade de saber de que natureza sejam, ou de que bulbo surjam aquelles pellos que vos aquecem as carnes, ou de que natureza seja aquelle terreno que produz a uva que vos dá a Madeira ou o Cabo da Boa-Esperança?»⁴

Pela própria situação em que é gerado, este EN só pode ser entendido e entendido como retórico: o ALOC não está em situação de poder responder (pelo menos, de forma imediata), nem será esse o objectivo do texto. A interrogação surge neste contexto como estratégia de persuasão, levando o ALOC a construir uma linha de raciocínio previamente orientada pelo LOC. A presença da p.m. *acaso* vem reforçar a retoricidade do EN, mostrando de forma inequívoca que o LOC espera uma adesão ao seu ponto de vista; para ele, *não há a mínima necessidade de saber de que natureza são ou de onde surgem os pêlos que nos aquecem as carnes, ou de que natureza é o terreno que produz a uva que nos dá a Madeira ou o Cabo da Boa-Esperança* - e para o ALOC também não pode haver. Mesmo que este EN surgisse no contacto directo entre os dois intervenientes, a ocorrência desta p.m. esclareceria o ALOC de que o LOC estaria a verbalizar uma tomada de posição para a qual esperava a sua concordância. A hipótese que parece ser levantada, a expressão da dúvida que existiria se se tratasse de uma pergunta "verdadeira", é anulada pela implicação conversacional activada pela p.m.

Se tivermos em conta que:

a) as p.m. ocorrem predominantemente à cabeça da frase e antes do verbo finito;

b) a lexia verbal presente neste EN é *ter necessidade de*;

c) a p.m. *acaso* surge entre os termos componentes da lexia verbal,

verificamos que é valorizado o papel da p.m. pela posição de relevo em que ocorre - quase diríamos numa posição pouco natural e, por isso, de maior realce.

4.1.3 – **Contexto:** um pardal animado de características humanas queixa-se do frio e da geada. Esta, animada das mesmas características, insurge-se com os comentários:

(2) « Ora, não querem lá ver, o mal-agradecido! - resmungo a geada ao ouvir o chilreio do pardal. - A queixar-se do frio... E eu, que culpa tenho disso? *Acaso* não cheguei na altura própria?»⁵.

Como referimos acima, o uso desta p.m. é pouco frequente e, neste caso, torna-se até um pouco estranho, dado o público a quem esta obra se dirige. Mas também nesta ocorrência a p.m. vem clarificar e reforçar a retoricidade do EN, valendo por uma asserção de polaridade inversa, marcando bem a posição do LOC, que se insurge com o comentário do seu interlocutor. Ele lembra que *ambos sabem* que chegou na altura própria e que, por isso, nada lhe têm a censurar - pelo contrário, se alguém tem de ser criticado é o seu interlocutor, pelo facto de fazer uma crítica sem sentido.

4.2 - P.m. *afinal*

4.2.1 – **Contexto:** o LOC recebe a notícia que a sua mãe está muito doente, a morrer. Num diálogo interior, questiona-se sobre a sua fé e o papel da Igreja e decide ir à missa:

(3) - «Quanto cepticismo! Era então desta forma desencantada que resumia dois mil anos de cristianismo? Onde estava *afinal* a sua fé?»⁶

Nesta pergunta, a p.m. *afinal* estabelece uma íntima ligação aos EN anteriores, marcando uma oposição entre o conteúdo proposicional que a pergunta encerra e as expectativas criadas anteriormente (em que o LOC se assumia como crente).

A pergunta não pode ter resposta. No máximo, poderá aceitar uma réplica. E dizemos que não pode ter resposta porque:

a) a estrutura da pergunta, começada por *Onde...* é claramente retórica. A fé de alguém não está *em algum sítio*, como aparentemente o advérbio interrogativo poderia sugerir; ele perdeu o seu significado literal para ser, antes de mais, um marcador de retoricidade;

b) o EN interrogativo em questão encerra também uma dimensão de auto-censura, marcada pelo uso da p.m.: o LOC chegou à conclusão, após a reflexão de que nos dá conta que, *afinal*, a sua fé está mais vacilante do que ele próprio supunha, ou seja, como já referimos, a p.m. estabelece ligação aos EN anteriores e marca a contra-expectativa que este EN traduz.

A dimensão de censura acompanha com alguma frequência o emprego desta p.m., como se depreende pelos EN seguintes (partindo do princípio que são retóricos):

(4) - *Afinal* o que se passa aqui?

(5) - *Afinal* quem é que manda?

(6) - *Afinal* que vem a ser isto?

4.2.2 - Apesar de continuar a marcar a ligação a EN anteriores⁷ e a indiciar a existência de contra-expectativas, a p.m. *afinal* não ocorre sempre como co-indicador de retoricidade. A pergunta em que ocorre pode ser “verdadeira”.

Contexto 1: A explica a B a importância (no seu ponto de vista) dos nomes das pessoas. B, interessado no assunto, não consegue perceber a que conclusões chega A e pergunta:

(7) - «Mas que importam os nomes, *afinal*?»

O que B procura é uma clarificação do assunto pois, apesar de todas as explicações anteriores, ainda não o conseguiu compreender. É sua intenção mostrar que, contrariamente àquilo que A esperaria, ainda não é clara para si a conclusão a que este pretende chegar. Ele está verdadeiramente interessado em obter uma resposta. A pergunta não é retórica.

Contexto 2: A explica a B a importância (no seu ponto de vista) dos nomes das pessoas. B não concorda minimamente e depois de, por várias vezes, ter argumentado contra a teoria defendida por A, pergunta:

(7) - «Mas que importam os nomes, *afinal?*»

Nesta situação, o objectivo de B não é ser esclarecido, mas marcar a sua discordância face às posições defendidas por A, afirmando indirectamente *que os nomes não têm nenhuma importância*. Apesar da argumentação de A, para a qual remetem as partículas *mas* e *afinal*, a opinião de B continua oposta à sua. A p.m. *afinal* anula as razões de A, pois permite que se subentenda que não têm validade (para B, naturalmente).

Criámos estas dois contextos e escolhemos estes EN para procurar demonstrar que, se os procurarmos analisar isoladamente, apesar da ocorrência de *mas* e de *afinal*, não poderemos chegar a uma conclusão quanto à sua retoricidade ou não. O exemplo foi retirado de um texto de Schmidt-Radefeldt já aqui citado e no qual o autor, sem caracterizar o contexto, o apresenta e comenta: «The rhetorical character of such utterances is moreover supported by particles such as *mas* ('but') and *afinal* ('after all')» (Schmidt-Radefeldt, 1977:387). Se a nossa análise é correcta, esta afirmação não corresponde inteiramente à realidade.

4.3 - P.m. e

4.3.1 - **Contexto:** Joana era uma mulher solitária. Encontrou Tomaz e resolveu pôr fim à sua solidão.

«Joana era agora feliz, inimaginavelmente feliz, e não guardava rancor a ninguém. Mas não deixava de notar como o seu novo ânimo atraía as pessoas como mel. E como o seu novo estado de mulher acompanhada fazia dela um ser humano indubitavelmente mais interessante. A primeira a falar fora Carolina:»

(8) - «E o que nos vamos divertir os quatro?»⁸

A pergunta que Carolina faz é indubitavelmente retórica. Um dos indicadores dessa retoricidade encontra-se na estrutura do EN. Mas essa estrutura

só é aceitável pela presença da p.m. *e*, sem a qual o EN seria inaceitável. Esta p.m. tem uma função muito marcada pela formação textual, estabelecendo ligação entre o EN em que ocorre e o estado de coisas que assiste (ou conduz) à sua enunciação. O LOC do EN (8), ao empregar esta p.m. no início da sua intervenção⁹, activa uma série de pressupostos relativos a um estado de coisas que, pela sua configuração, não pode senão conduzir à realidade referida pelo conteúdo proposicional deste EN. Por isso não podemos confundí-lo com uma pergunta “verdadeira”; a par de uma certa intenção exclamativa, ele corresponderá ao EN assertivo “*Visto que o teu estado civil mudou, que agora tens um acompanhante e a tua atitude geral também é diferente, nós os quatro vamos divertir-nos muito*”.

4.3.2 – **Contexto:** A e B falam acerca de Patrícia, mulher de B:

«- A Patrícia. O que lhe falta?

- Calma.

- Para explicar o que já explicou mais de cem vezes?

(9) - *E é preciso ser histérica?»*¹⁰

Nesta réplica, formalmente identificada com uma interrogação, mas com valor retórico, B queixa-se da mulher, acusando-a de ser histérica. A utilização da p.m. *e* “arrasta” consigo os EN anteriores, em particular o último: “*Eu já disse que lhe falta calma e, para explicar seja o que for, ela não precisa de ser histérica*”. Este EN produzido sem a p.m. resultaria menos marcado quanto à sua retoricidade. O seu ALOC, face a esse EN, poderia entender que B estava a acusar a mulher de ser histérica *sempre*, ou *habitualmente*, e não no decorrer das situações acabadas de referir na conversa entre ambos. Poderia ainda não entender esse EN como uma resposta (ou réplica) à sua pergunta, mas a adopção por parte de B de um novo tópico no diálogo. Nessa linha, não seria de todo descabida a interpretação do EN como pergunta “verdadeira” ou, pelo menos, da dúvida quanto ao seu valor enquanto pergunta retórica, pois deixaria de ser ancorada na argumentação imediatamente anterior e que conduzia a essa leitura. A ocorrência da p.m. contribui para tornar menos ambíguo este EN.

4.4 – P.m. *então*

4.4.1 – **Contexto:** A e B falam acerca de Patrícia, mulher de B.

«- O que estás a dizer é que ela é uma péssima governanta, ou terapeuta, quando muito, não uma péssima esposa.

Mal-humorado, o primo descaiu-se:

(10) - *Então para que serve uma mulher?»*¹¹

Ao proferir este EN encabeçado pela p.m. *então*, inequivocamente retórico, B apropria-se do último EN do seu interlocutor para, a partir dele, continuar o seu discurso: “*Se não é para ser governanta, ou terapeuta, para que serve uma mulher?*”, implicando pragmaticamente (retoricamente) que “*é exactamente para isso que uma mulher serve*”. A p.m. *então* clarifica uma leitura do EN (10) como retórico: sem essa partícula, a retoricidade do EN não seria clara (sobretudo num registo escrito, como este, de onde o factor entoação está ausente).

4.4.2 – **Contexto**: um grupo de amigos confraterniza, em frente à mesa, «na santa função», na casa de um deles, mas chega a mulher deste e insulta toda a gente. Um resolve reagir.

«O Albino, posto que homem correntão, ficou varado; o Meses, com a vergonha, pôs-se mais vermelho que o palhete. Adiantei-me eu a fazer face à serpente com as manhas que me ensinou o Padre José Farrusquinho: a quem te der uma pássara, dá-lhe a sua asa:

(11) - Viva lá, tia Joaquina, viva lá! *Então* sempre na lidairada?! Duarte, chega-me uma canequinha aqui à tua mulher. Vá, que governadeira assim nem de encomenda.»¹²

Neste caso, a função da p.m. é sobretudo fática, fazendo parte de uma espécie de cumprimento encomiástico que inicia o discurso, sendo também uma manifestação de interesse. Poderá remeter não para EN anteriores, mas para a própria situação física observada pelo LOC. A sua intervenção surge como uma constatação, não como uma pergunta.

Nestas circunstâncias, a resposta a uma eventual pergunta “verdadeira” seria óbvia - claro que não é o que se passa neste caso, em que o EN não é entendido nem entendido senão como p.r.

4.4.3 – **Contexto**: A vai comprar o jornal e postais. B, o vendedor, conversa um pouco com A sobre os acontecimentos que tiveram lugar por esses dias:

(12) - «*Então* o que é que a senhora me diz aos pides de Alcoentre que andam por aí à solta? Já ontem apanharam mais dez. Que tenho a certeza que os que puderam já se piraram para a Espanha.»¹³

O LOC introduziu na conversa novo tópico, mas não tem qualquer *direito* de fazer perguntas à cliente. Daí marcar a sua pergunta com a p.m. de modo a

torná-la não impositiva, anulando (ou, pelo menos, diminuindo muito) a solicitação de resposta. Além disso, o EN aponta para um estado de coisas veiculado como negativo, desagradável. A opção por uma pergunta retórica para a introdução do assunto pode ser encarada como uma estratégia de delicadeza. Este EN, formulado sem a p.m., correria o risco de ser encarado como pergunta “verdadeira” e, realizado nas circunstâncias verificadas, poderia pôr em risco a face de A, *interrogada* (no sentido quase policial do termo) sem que ao inquiridor fosse reconhecido qualquer direito de o fazer.

4.4.4 – **Contexto:** A e B passeiam e A apanha um coelho à mão. Mas a lei proibia-o de o fazer, por ser época do defeso. B imagina surgir um agente da lei e interpelar A nos seguintes termos:

(13) - Ó senhor Vitorino, *então* isso é de caçador?¹⁴

Tal como no exemplo anterior, também neste caso encontramos estratégias de delicadeza a atenuar a força do EN, que põe fortemente em risco a face do ALOC. Num caso de crítica, o interveniente que está em situação de criticar opta por uma pergunta retórica, diluindo o carácter penalizador do seu EN, salvando um pouco a face do criticado. A p.m. *então* ancora-se na realidade extra-linguística (tal como o deíctico que a segue), mas evoca toda a situação, nomeadamente o facto de ser época de defeso. Colabora, assim, para marcar a retoricidade do EN.

4.5 - P.m. *é que*

4.5.1 – **Contexto:** A e B conversam, na praia, contentes com o sol e o mar.

(14) - Quem *é que* não gosta deste tempo?¹⁵

A p.m. *é que* focaliza a atenção sobre o segmento que lhe é imediatamente anterior, correspondendo esta p.r. à sua asserção de polaridade oposta “*Ninguém não gosta deste tempo*”, ou seja, “*Toda a gente gosta deste tempo*”. No entanto, parece-nos que os melhores indicadores de retoricidade serão, no caso deste EN, a entoação e o cotexto/contexto pois, sem o recurso a estes factores, a pergunta poderá ser interpretada como “verdadeira”.

4.5.2 – **Contexto:** A e B conversam sobre a situação do país e de eles próprios.

“E nós?” perguntava o arquitecto.

“Nós, o quê?”

(15) - «Nós somos parte do conjunto, em que raio de país *é que* você julga que tem os pés?»¹⁶

Neste EN, o LOC formula uma pergunta que não pretende obter uma resposta, e o seu ALOC sabe-o bem; o seu valor retórico é claro, funcionando como uma chamada de atenção do LOC. A inserção da p.m., tal como no caso do EN (14), focaliza todo o peso do EN no segmento frásico imediatamente atrás. Como a resposta é óbvia (ambos o sabem), a p.m. acaba por colaborar na identificação da retoricidade do EN. No entanto, a supressão desta p.m. não afectaria grandemente a identificação da retoricidade.

4.6 - P.m. *já*

Contexto: A mostra a B uma velha fortaleza, enquanto vai comentando:

(16) - «Eu não dizia à senhora que havia de gostar de vir à fortaleza? Pena que esteja a cair toda. Veja lá como se vivia! É escuro cá dentro, deviam alumiar-se com candeias de azeite, nem sequer inda havia o petróleo. Que cozinhas! *Já viu?*»¹⁷

Neste EN, o LOC parece interrogar sobre aquilo que está a decorrer e a que ele está a assistir. Não teria sentido tomar esta pergunta como verdadeira, pois o ALOC teria de responder algo como “*É evidente que estou a ver, porque pergunta?!*” Ele é, pois, uma p.r. que poderá indicar também mudança de vez: o LOC convida o seu ALOC a pronunciar-se, ao mesmo tempo que o alerta para aquilo que considera ser mais relevante, interessante ou curioso.

A supressão da p.m. *já* tornaria o EN menos claro. Provavelmente, o ALOC teria a tendência para perguntar “*O quê?*” ou a responder “*Vi, vi.*”, tomando, em ambos os casos, a pergunta como “verdadeira”.

4.7 - P.m. *lá*

Contexto: pai e filho passeiam, mas o filho impacienta-se com o facto de o passeio não acabar mais e de o calor apertar.

«O velho vem atrás de mim, a aperrear-me com estas coisices, a mim que mal posso respirar, que me esbarrando aqui de calor. Perguntas-me onde foi o foguete...

(17) - Tenho *lá* contas e forças para tal orçamento, velho?»¹⁸

Esta resposta, em forma de pergunta, que o filho dá ao pai (mas que é só pensada, não pronunciada), tem como evidente marcador de retoricidade a p.m. *lá*, que aponta para a inversão de polaridade caracterizadora das p.r. Assim, este

EN interrogativo corresponde à asserção de polaridade inversa “*Não tenho contas nem forças para tal orçamento*”.

É muito frequente que a utilização da p.m. *lá* a seguir à forma verbal, seja em p.r. ou não, funcione como um marcador da negação do predicado¹⁹.

4.8 - P.m. *mas*

4.8.1 – **Contexto:** num texto formalmente identificado com uma carta²⁰ que escreve a um “discípulo”, o LOC fala da sua própria experiência:

(18) - «(...) outro tanto vos posso afirmar de mim, (se he licito fallar de mim; *mas* para que havemos ser hypocritamente modestos?)»²¹

O emprego da p.m. *mas* neste EN remete para os pressupostos (pragmáticos) dos EN anteriores, em particular do último, contrariando a sua validade: *põe a hipótese de não ser lícito falar-se de si mesmo, portanto não se deve fazê-lo*; *mas* em seguida activa o subentendido que os que assim dizem não são senão «hypocritamente modestos», através do uso de uma pergunta que teremos de entender como retórica.

O EN (20) encerra ainda uma dimensão de censura, atenuada pelo uso da primeira pessoa do plural, como se o LOC também se incluísse no grupo dos que pensam daquela forma.

4.8.2 – **Contexto:** A e B conversam sobre as desventuras do seu relacionamento amoroso. A acusa B de, mesmo tempos depois de a sua ligação ter terminado, estar ressentida. *Mas* pergunta:

(19) - «*Mas* posso lembrarte de que foste tu a riscar-me da tua vida?»²²

Neste EN, A retoma uma pressuposição dos EN anteriores e permite-nos também a nós identificar alguns subentendidos: A lembra a B que foi ela que o afastou, portanto seria B quem tinha o direito de estar ressentido; contudo, era A quem assim se sentia. B exterioriza, com o emprego desta p.m., mais do que uma contra-expectativa, uma surpresa (e alguma amargura?).

4.9 - P.m. *não*

Contexto: num texto formalmente identificado com uma carta²³ que escreve a um “discípulo”, o LOC louva a acção de um terceiro:

(20) - «Com que energica eloquencia *não* perorou pelas leis patrias, e com que fortaleza as *não* defendeu contra as furias de Antioco?»²⁴

Desde há muito que se admite que o *não*, além de advérbio de negação, tem outras funções. É por esta aparente negação que passa a afirmação de Fontanier, que já citámos, mas que de novo lembramos: «mais une singularité frappante est qu'avec la négation elle [a pergunta retórica] affirme et que sans négation elle nie» (Fontanier, 1968:369). E passa também por este tópico a inversão de polaridade, destacada por A. Borillo como a mais significativa característica das p.r.²⁵ Neste EN, para afirmar um ponto de vista, e para o fazer de forma marcante, arrastando o raciocínio do ALOC sem lhe dar possibilidade de pensar de outra maneira, levando-o a encontrar respostas já presentes na pergunta formulada e assinalando que espera que o seu ALOC concorde e se solidarize com a sua forma de pensar, o LOC usa uma p.r. marcada pela p.m. *não*.

4.10 - P.m. *também*

Contexto: A tece um louvor ao aspecto físico de B, que o não quer aceitar e riposta:

(21) - «*Também*, o que é uma mulher de quarenta anos?»²⁶

Com o emprego desta p.m., o LOC retoma pressuposições dos EN anteriores que se apresentam assim como fundamentadores deste, que se configura como mais um (o último, mais importante) e que se identifica com a última palavra sobre o assunto. O EN (23) surge, assim, na sequência natural do que foi dito antes. Não se confunde com uma pergunta, apesar da forma que apresenta. Sem a p.m. *também*, a retoricidade do EN seria posta em dúvida e ele poderia até ser entendido como pergunta “verdadeira”.

5 – Conclusões

Deste estudo parece poder concluir-se que as p.m. apresentadas contribuem para marcar a retoricidade dos EN onde surgem.

O tipo de indicações que nos podem dar varia, e a sua função nos EN em que ocorrem pode estar, entre outras, ao serviço da persuasão (como formadores textuais activadores de pressuposições de EN anteriores, orientando o raciocínio do ALOC), ao serviço da manifestação de julgamentos, como a censura (ou auto-crítica) e ao serviço da atenuação dos efeitos de «face-risk».

Se a sua ocorrência permite marcar a retoricidade de alguns EN, ela não é, em muitos dos casos, suficiente. É possível que a conjugação de várias partículas o possa ser (visto que se verificam acumulações até três partículas), mas esse é um estudo que não foi aqui feito. A sua presença pode ser vista como um dos indícios de clarificação do valor ilocutório dos EN aqui analisados, ou seja, como co-indicadores ilocutórios, podem ser os elementos que permitem ao ALOC

perceber a realização, por parte do LOC, de um acto indirecto, a manifestação do envolvimento e da atitude do LOC face àquilo que é enunciado.

De qualquer forma, parece-nos claro que não podemos encarar as p.m. «à conta de superfluidades nem ainda atribuir-lhes papel decorativo» (Said Ali, 1930:50).

Notas

- 1 Ainda que não estejam ausentes dos textos escritos, nomeadamente dos literários, a partir dos quais, por facilidade de trabalho, constituímos o *corpus* deste estudo.
- 2 Neste caso, trata-se de uma carta-ficção (veja-se a este respeito ROCHA, A. C. (1965): *A epistolografia em Portugal*, Coimbra, Livr. Almedina).
- 3 Neste e em todos os restantes EN retirados de obras literárias, o itálico das p.m. é nosso.
- 4 JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO (1815): *Cartas filosoficas a Attico*, Lisboa, Impressão Régia, pp. 103.
- 5 SOLEDADE MARTINHO COSTA (1992): *Histórias que o Inverno me contou*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 5.
- 6 RITA FERRO (1992): *O nó na garganta*, Lisboa, Contexto Editora/Círculo de Leitores, pp. 62.
- 7 Ou a um estado de coisas que precede ou coexiste com a formulação do EN que contém a p.m.
- 8 RITA FERRO (1992): *O nó na garganta*, Lisboa, Contexto Editora/Círculo de Leitores, pp. 200.
- 9 As p.m. *e e mas* «aparecem sempre à cabeça da frase» (Franco, 1991:152).
- 10 RITA FERRO (1992): *O nó na garganta*, Lisboa, Contexto Editora/Círculo de Leitores, pp. 9.
- 11 RITA FERRO (1992): *O nó na garganta*, Lisboa, Contexto Editora/Círculo de Leitores, pp. 8.
- 12 AQUILINO RIBEIRO (1983): *O Malhadinhas*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 99.
- 13 OLGA GONÇALVES (1980): *A Floresta em Bremerhaven*, 2ª ed., Amadora, Livraria Bertrand, pp. 24.
- 14 IDALÉCIO CAÇÃO (1990): *Os sítios nossos conhecidos*, Aveiro, Estante Editora, pp. 92.
- 15 OLGA GONÇALVES (1980): *A Floresta em Bremerhaven*, 2ª ed., Amadora, Livraria Bertrand, pp. 31.
- 16 JOSÉ CARDOSO PIRES (1983): *Balada da Praia dos Cães*, 4ª ed., Lisboa, O Jornal, pp. 56.
- 17 OLGA GONÇALVES (1980): *A Floresta em Bremerhaven*, 2ª ed., Amadora, Livraria Bertrand, pp. 56-57.
- 18 IDALÉCIO CAÇÃO (1990): *Os sítios nossos conhecidos*, Aveiro, Estante Editora, pp. 37.

19 G. Fernandes (1998) aponta a existência de dois "lá" com o valor de partícula modal: um "lá1" tendo por função, na ocorrência aí analisada, atenuar os efeitos de "face risk" do LOC, e um outro, "lá2", com a função de negar o conteúdo proposicional da frase onde surge. As ocorrências são, respectivamente, «Desculpa lá» e «Sei lá!».

20 cf.: nota 2.

21 JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO (1815): *Cartas filosóficas a Attico*. Lisboa, Impressão Régia, pp. 41.

22 RITA FERRO (1992): *O nó na garganta*, Lisboa, Contexto Editora/Círculo de Leitores, pp. 34.

23 cf.: nota 2.

24 JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO (1815): *Cartas filosóficas a Attico*. Lisboa, Impressão Régia, pp. 203.

25 cf.: ponto 2.2.

26 OLGA GONÇALVES (1980): *A Floresta em Bremerhaven*, 2ª ed., Amadora, Livraria Bertrand, pp. 118.

Referências bibliográficas

AUSTIN, J.L. (1962): *How to do things with words*. Oxford, Oxford University Press.

BORILLO, A. (1981): "Quelques aspects de la question rhétorique en français", *DRIAV*, 25, pp. 1-33.

DILLER, A.-M. (1984): *La pragmatique des questions et des réponses*, Tübingen, Gunter Narr Verlag.

FERNANDES, G. (1998): "Partículas discursivas do Português", *Anais da UTAI: Revista de Letras: Linguística, Literatura e Didáctica* - 2, vol. 8, nº1, pp. 83-93.

FERREIRA, M. A. (1990): *Formas e funções das interrogativas totais - contributo para uma análise contrastiva português-alemão*, Coimbra, Faculdade de Letras.

FONSECA, J. (1993): "Pragmática das perguntas *Como p, se q?* e *Como não p, se q?*", Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II série, vol. X (também em FONSECA, 1994, pp. 197-218).

FONSECA, J. (1994): *Pragmática linguística. Introdução. Teoria e Descrição do Português*, Coleção Linguística, nº 5, Porto, Porto Editora.

FONSECA, J. (1994a): "O lugar da Pragmática na Teoria e na Análise Linguísticas", in FONSECA, 1994, pp. 95-104.

FONTANIER, P. (1968): *Les figures du discours*. Paris, Flammarion (1ª ed. 1821).

FRANCO, A. C. (1991): *Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão*, Coimbra, Coimbra Editora.

FRANK, J. (1990): "You call that a rhetorical question?", *Journal of Pragmatics*, 14:5, pp. 723-738.

- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. (1989): *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Cultrix.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (dir. de) (1991): *La question*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- SAID ALI, M. (1930): *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- SEARLE, J. R. (1969): *Speech acts. An essay in the philosophy of language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHMIDT-RADEFELDT, J. (1977): "On so-called 'rhetorical' questions". *Journal of Pragmatics*, 1:4, pp. 375-392.